



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

RECURSO ELEITORAL Nº 0601249-67.2020.6.13.0000 – CAJURI

RELATOR: JUIZ REZENDE E SANTOS

RECORRENTE: COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL -
PL DE CAJURI - CNPJ: 09.006.293/0001-99

ADVOGADO: DR. LUÍS CLÁUDIO RODRIGUES FERRAZ - OAB/MG0093365

RECORRIDA: JUSTIÇA ELEITORAL

ACÓRDÃO

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE LISTA DE ELEITORES DO MUNICÍPIO. INDEFERIMENTO.

Pedido de obtenção de listagem de eleitores inscritos no município. Os dados personalizados do eleitor estão protegidos pelo sigilo. Os dados pessoais constituem produto valioso a ser devidamente protegido pela legislação e pelo Poder Judiciário. Art. 29 da Resolução nº 21.538/2003/TSE.

A Resolução TSE nº 21.538/2003 autoriza aos Órgãos de Direção Nacional dos Partidos Políticos o acesso às informações do cadastro eleitoral apenas de seus filiados, conforme estabelece o art. 19, §§ 3º e 4º, da Lei nº 9.096/95, e não de todos os eleitores de uma determinada região.

RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.



Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais em negar provimento ao recurso, por maioria, nos termos do voto do Relator, vencidos o Des. Marcos Lincoln e a Juíza Patrícia Henriques.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2020.

Juiz Rezende e Santos

Relator

Sessão de 19/10/2020

RELATÓRIO

O JUIZ REZENDE E SANTOS – Trata-se de recurso eleitoral interposto pela Comissão Municipal do PARTIDO LIBERAL – PL, do Município de Cajuri/MG, em face de decisão que indeferiu o pedido de obtenção da listagem dos eleitores, inscritos na circunscrição da referida urbe.

Sentença no ID 12916445. Ao indeferir o pedido da agremiação, o Juízo de 1º grau fundamentou que as normas eleitorais já contemplam os meios necessários para eventual fiscalização da regularidade das operações de alistamento e transferência pelos partidos, de forma que a divulgação dos dados requeridos poderia causar embaraço ao exercício do voto. Dessa forma, não acatou o pedido de entrega da relação completa de todos os eleitores do Município.

Inconformada, a agremiação apresentou suas razões no ID 12916595. Esclareceu que o requerimento envolve apenas o nome dos eleitores, sem nenhum outro dado pessoal. Sustentou, ainda, que é reservado ao órgão partidário o direito de fiscalização, sobre os processos de alistamento eleitoral, com base no art. 66, III, do Código Eleitoral e art. 27, III, da Resolução nº 21.538/2003 do TSE.

Procuração no ID 12916295.



A Procuradoria Regional Eleitoral junta seu parecer, no ID 13719095, manifestando-se pelo provimento do recurso.

É o breve relatório.

VOTO

O JUIZ REZENDE SANTOS – Trata-se de recurso eleitoral interposto pela Comissão Municipal do PARTIDO LIBERAL – PL, do Município de Cajuri/MG, em face de decisão que indeferiu o pedido de obtenção da listagem dos eleitores inscritos na circunscrição da referida urbe.

O recurso é próprio e tempestivo (intimação da sentença em 12/8/2020 e razões apresentadas na mesma data (ID 12916595/PJe), logo, dentro do tríduo legal. Assim, presentes os demais pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

O cerne da questão trazida nos autos diz respeito ao requerimento, de lista de eleitores, inscritos no Município de Cajuri/MG, feito pela Comissão Municipal do Partido Liberal – PL.

Sobre a matéria, o art. 29 da Resolução TSE nº 21.538/2003 garante aos partidos políticos o direito de acesso aos dados constantes do cadastro eleitoral. Assim dispõe:

Art. 29. As **informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas**, nos termos desta resolução (Lei nº 7.444/1985, art. 9º, I).

§ 1º **O tratamento das informações pessoais assegurará a preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do cidadão, restringindo-se o acesso a seu conteúdo na forma deste artigo.**

§ 2º Excluem-se da restrição de que cuida o § 1º os pedidos relativos a procedimento previsto na legislação eleitoral, a ele relacionado ou de cujo atendimento resultem subsídios a sua análise, e o acesso: a) **do eleitor a seus dados pessoais**; b) de autoridade judicial, de órgão do Ministério Público e, desde que haja expressa autorização legal para acesso aos dados mantidos pela Justiça Eleitoral, de órgãos e agentes públicos ou outras entidades, vinculada a utilização das informações obtidas às respectivas atividades funcionais, exclusivamente; c) de órgãos públicos, desde que signatários de convênios com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cujos objetos estejam alinhados às respectivas missões institucionais, e de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo – TCMS, na



forma prevista pelo art. 18, parágrafo único, do Decreto nº 7.845/2012; d) Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral, inclusive àquelas que não sejam de informação obrigatória pelo eleitor (art. 19, § 3º, da Lei nº 9.096/1995).

§ 3º O acesso de outros órgãos ou agentes públicos não indicados nas alíneas b e c do § 2º não incluirá informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, aí considerados ocupação, estado civil, escolaridade, telefone, impressões digitais, fotografia, assinatura digitalizada, endereço e nome civil dissonante da identidade de gênero declarada.

§ 4º A restrição de que cuida o § 3º incidirá sobre outras informações cuja obtenção possa comprometer, mesmo que indiretamente, as regras de proteção estabelecidas nesta resolução, sem prejuízo da confirmação da autenticidade e da unicidade do registro de titular de inscrição eleitoral, desde que provido por ferramenta eletrônica ou serviço automatizado, na forma regulamentada por ato normativo próprio.

§ 5º Aos profissionais contratados referidos no art. 12 da Resolução TSE nº 23.440/2015 será concedido, para acesso ao Sistema ELO, o perfil apoio administrativo, cujas funcionalidades serão definidas por provimento da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral. (GRIFO NOSSO.)

Entretanto, dois aspectos primordiais devem ser observados, diante da Legislação acima: 1º) a preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do cidadão, restringindo-se o acesso a seu conteúdo; 2º) Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral, inclusive àquelas que não sejam de informação obrigatória pelo eleitor.

Sendo, assim, verificando que o requerimento feito pela agremiação restringe-se à lista nominal de eleitores no município, entendo que a preservação de determinadas informações é fundamental, no caso o **nome do eleitor**, isso porque, atualmente, os dados pessoais constituem produto valioso a ser devidamente protegido pela legislação e pelo Poder Judiciário.

Acrescento, ainda, que, nos termos da norma acima, o Partido Municipal não é legitimado a requerer a listagem de eleitores, não havendo qualquer dispositivo que o autorize. Ademais, a Resolução TSE nº 21.538/2003 autoriza aos Órgãos de Direção Nacional dos Partidos Políticos o acesso às informações, do cadastro eleitoral, **apenas de seus filiados**, conforme estabelecem o art. 19, §§ 3º e 4º, da Lei nº 9.096/95, e não de todos os eleitores de uma determinada região, como requer o recorrente.

Transcrevo aresto recente da Justiça Eleitoral sobre a matéria:



RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. PEDIDO DE RELAÇÃO DE ELEITORES. ILEGITIMIDADE. DADOS PERSONALÍSSIMOS. PROVIMENTO CRE/RS N. 03/17. RESOLUÇÃO TSE N. 21.538/03. DESPROVIMENTO.

1. Recurso interposto contra decisão que indeferiu pedido de acesso à listagem de eleitores do município, formulado por diretório partidário estadual.

2. Irresignação embasada em jurisprudência que teve por lastro apenas a Resolução TSE n. 21.538/03. Atualmente, os dados pessoais constituem produto valioso a ser devidamente protegido pela legislação e pelo Poder Judiciário. Observância do disposto no Provimento CRE/RS n. 03/17 da Corregedoria Regional Eleitoral deste Tribunal, de todo alinhado com a valorização da privacidade dos eleitores.

3. A atuação fiscalizatória dos partidos, regulamentada nos arts. 27 e 28 da Resolução TSE n. 21.538/03, não estabelece o direito de acesso à lista contendo o nome de eleitores, e seu art. 58 veda a realização de revisão do eleitorado nos anos em que houver eleições.

4. O art. 4º do Provimento CRE/RS n. 03/17 determina que o órgão partidário regional não tem legitimidade para obter o rol de eleitores requerido. Já o § 2º do art. 12 da norma é expresso ao consignar que não serão fornecidas informações personalizadas, tal como município. O art. 13 do provimento não se enquadra no presente caso, pois não abrange uma listagem completa de eleitores inscritos num dado município ou circunscrição eleitoral, e sim as relações daqueles que tiveram, recentemente, deferida a sua inscrição originária ou efetuado transferência de domicílio.

5. Ademais, a Resolução TSE n. 21.538/03 autoriza aos órgãos de direção nacional dos partidos políticos o acesso às informações do cadastro eleitoral apenas de seus filiados, conforme estabelece o art. 19, §§ 3º e 4º, da Lei n. 9.096/95, e não de todos os eleitores de uma determinada região, como requer o recorrente.

6. Provimento negado.

(RE - Recurso Eleitoral n 060000735 - /RS. ACÓRDÃO de 22/9/2020. Relator: GUSTAVO ALBERTO GASTAL DIEFENTHÄLER. Publicação: PJE - Processo Judicial Eletrônico-PJE.)

Destaco que o c. TSE decidiu, no julgamento do Processo Administrativo nº 502-42, que a regra é de sigilo dos dados contidos no cadastro eleitoral, conforme art. 5º, inc. X, da CF, e ressaltou que as exceções hão de ser definidas por lei:



PROCESSO ADMINISTRATIVO. DEFENSORIA PÚBLICA. ACESSO. INFORMAÇÕES. CARÁTER PERSONALIZADO. CADASTRO ELEITORAL. RES.-TSE Nº 21.538/2003. ROL TAXATIVO. ALTERAÇÃO. INDEFERIMENTO.

1. As restrições de acesso ao cadastro eleitoral fixadas no art. 29 da Res.-TSE nº 21.538/2003 destinam-se à **proteção das informações de caráter personalizado dos eleitores e justificam-se para preservar os direitos à intimidade e à privacidade**, insculpidos no art. 5º, X, da Constituição Federal.

2. **O acesso aos dados personalizados do cadastro eleitoral é permitido apenas nas hipóteses previstas no art. 29, § 3º, da Res.-TSE nº 21.538/2003 e, ainda, aos partidos políticos, especificamente no tocante aos dados dos filiados, consoante o art. 19, § 3º, da Lei nº 9.096/95.**

3. Os defensores públicos, no desempenho de suas funções institucionais, têm a faculdade de solicitar informações do cadastro de eleitores, inclusive as de natureza pessoal, desde que o façam a autoridade judiciária competente.

4. Pedido de alteração da Res.-TSE nº 21.538/2003 indeferido. (GRIFO NOSSO.)

(TSE -Processo Administrativo n 50242, Acórdão, Relatora: Min. Luciana Lóssio, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 180, Data: 25.9.2014, Páginas 37 e 38.)

É importante salientar, ainda, que a Legislação Eleitoral prevê outros meios necessários, no sentido de fiscalizar a regularidade e a lisura dos procedimentos de alistamento e transferência eleitoral, não sendo possível utilizar via oblíqua e inadequada para conseguir determinados dados sensíveis.

Nesse sentido, é a fundamentação do Juízo *a quo*.

Assim, as normas já contemplam os meios necessários para fiscalização da regularidade das operações de alistamento e transferência pelos partidos, de forma que o conhecimento dos nomes dos eleitores e respectivas seções podem embaraçar o exercício do voto. É esse o entendimento exarado na Informação 364/2008 da Corregedoria-Geral Eleitoral.

Em face do exposto, **nego provimento** ao recurso e mantenho *in totum* o *decisum a quo* por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.



VOTO DIVERGENTE

O DES. MARCOS LINCOLN – Cuida-se de recurso eleitoral interposto pela Comissão Municipal do PARTIDO LIBERAL do Município de Cajuri/MG à decisão proferida pelo Juiz da 282ª Zona Eleitoral, que indeferiu o pedido de fornecimento da listagem nominal de todos os eleitores inscritos na circunscrição do referido município, da qual se destacam os seguintes excertos:

Os princípios da legislação eleitoral estabelecem que todos os requerimentos devem ser avaliados sob o prisma da transparência das informações, resguardando-se as questões que envolverem a privacidade e os dados pessoais dos eleitores.

Ocorre, porém, que, quando se trata de pequenos municípios, o fornecimento do nome dos eleitores e seus locais de votação e seção eleitoral poderá comprometer o sigilo do voto. Além disso, poderia haver assédio aos eleitores por parte dos partidos.

Quanto as informações constantes do Cadastro Eleitoral, o artigo 29 da Resolução 21538/03 estabelece:

Art. 29. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução (Lei nº 7.444/1985, art. 9º, I).

§ 1º O tratamento das informações pessoais assegurará a preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do cidadão, restringindo-se o acesso a seu conteúdo na forma deste artigo.

§ 2º Excluem-se da restrição de que cuida o § 1º os pedidos relativos a procedimento previsto na legislação eleitoral, a ele relacionado ou de cujo atendimento resultem subsídios a sua análise, e o acesso:

a) do eleitor a seus dados pessoais;

b) de autoridade judicial, de órgão do Ministério Público e, desde que haja expressa autorização legal para acesso aos dados mantidos pela Justiça Eleitoral, de órgãos e agentes públicos ou outras entidades, vinculada a utilização das informações obtidas às respectivas atividades funcionais, exclusivamente;

c) de órgãos públicos, desde que signatários de convênios com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cujos objetos estejam alinhados às respectivas missões institucionais, e de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo – TCMS, na forma prevista pelo art. 18, parágrafo único, do Decreto nº 7.845/2012;



d) Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral, inclusive àquelas que não sejam de informação obrigatória pelo eleitor (art. 19, § 3º, da Lei nº 9.096/1995).

§ 3º O acesso de outros órgãos ou agentes públicos não indicados nas alíneas b e c do § 2º não incluirá informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, aí considerados ocupação, estado civil, escolaridade, telefone, impressões digitais, fotografia, assinatura digitalizada, endereço e nome civil dissonante da identidade de gênero declarada.

§ 4º A restrição de que cuida o § 3º incidirá sobre outras informações cuja obtenção possa comprometer, mesmo que indiretamente, as regras de proteção estabelecidas nesta resolução, sem prejuízo da confirmação da autenticidade e da unicidade do registro de titular de inscrição eleitoral, desde que provido por ferramenta eletrônica ou serviço automatizado, na forma regulamentada por ato normativo próprio.

Como se vê, o permissivo do art. 29 da Resolução 21538/03, §2º, d é para os órgãos de direção nacional, quanto a informações de filiados.

[...]

Assim, as normas já contemplam os meios necessários para fiscalização da regularidade das operações de alistamento e transferência pelos partidos, de forma que o conhecimento dos nomes dos eleitores e respectivas seções podem embaraçar o exercício do voto. É esse o entendimento exarado na Informação 364/2008 da Corregedoria-Geral Eleitoral.

Diante do exposto, indefiro o pedido de entrega da relação completa de todos os eleitores do Município de Cajuri/MG.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se... (sic).

O eminente Relator, em seu judicioso voto, negou provimento ao recurso ao argumento de que a preservação de determinadas informações pessoais, como o **nome do eleitor**, é fundamental e demanda a proteção do Poder Judiciário. Acrescentou que o “Partido Municipal” não é legitimado a requerer a listagem de eleitores, bem como que apenas ao Órgão de Direção Nacional do Partido é permitido o acesso aos dados do cadastro eleitoral de seus filiados (art.19, §§ 3º e 4º, da Lei nº 9.096/95). Com tais considerações, ratificou, *in totum*, a decisão objurgada.

Vale ressaltar que o ilustre Procurador Regional Eleitoral opinou pelo provimento do recurso (ID 13719095).

Pois bem.



Ao examinar cuidadosamente os autos, verifica-se que o cerne da questão envolve o fornecimento de relação de eleitores a partidos políticos.

Nesse sentido, a Resolução TSE nº 21.538/2009, no § 1º do seu art.29, dantes colacionado, assegura às instituições pública e privadas, bem como às pessoas naturais, o conhecimento das informações constantes do cadastro eleitoral, desde que preservada a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem do cidadão.

Por outro lado, aos legitimados mencionados no § 2º do referido dispositivo é permitido o acesso às informações de cunho pessoal, com observância do procedimento previsto no Provimento nº 6/2006 da Corregedoria Geral Eleitoral.

Portanto, muito embora os Órgãos Municipais dos Partidos Políticos não estejam incluídos no rol excepcional do citado dispositivo, **é assegurado a eles, como instituições de direito privado, o fornecimento daqueles dados que não resultem em violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do cidadão.**

A esse respeito, cumpre destacar que **a disponibilidade da informação acerca dos locais de votação e das seções eleitorais submete-se a um rigor ainda maior**, especialmente em municípios de pequeno porte, onde pode significar possibilidade de localização do eleitor ou até mesmo a quebra do sigilo do voto.

Tal problemática já foi levada à apreciação do Tribunal Superior Eleitoral, por iniciativa da Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina, nos autos do Processo nº 10.419/2008-CGE, culminado com a criação, no sistema ELO, de relação que contenha nominata de eleitores, conforme veiculado pelo Ofício-circular nº 5/2009 da CGE, nos seguintes termos:

Autorizo a implantação da funcionalidade de geração de relação em meio eletrônico, contendo nominata de eleitores.

Comunicações necessárias.

Após, dê-se cabal cumprimento à determinação de fl.8-9 encaminhando-se os autos à Corregedoria Regional Eleitoral.

Nesse ponto, mostra-se oportuno colacionar parte da decisão exarada nos autos do referido processo, na qual o Corregedor Geral Eleitoral assim se manifestou:

Observadas as normas que regem a matéria, conclui-se, s.m.j., que o fornecimento de informações cadastrais a partidos políticos está sujeito à mesma disciplina



aplicável às demais instituições, exceto no tocante ao acompanhamento das operações e do exame de documentos em cartório.

Dessa feita, a Corregedoria Geral Eleitoral permite o fornecimento da lista nominal dos eleitores aos partidos políticos, desde que dela não constem dados de natureza personalíssima e que o pedido não seja desprovido de fundamento ou calçado em justificativa implausível.

A propósito, a listagem nominal de eleitores constitui justamente a pretensão do Órgão Municipal do Partido (ID 12916245), cuja justificativa apresentada, em sede recursal (ID 12916595), ampara-se na faculdade que é conferida a ele de fiscalizar as operações de alistamento, transferência e revisão de inscrições eleitorais, conforme disposto no inciso III do art. 66 do Código Eleitoral e no inciso III do art. 27, da Resolução nº 21.538/2003, que dispõem o seguinte:

Art. 66. É lícito aos partidos políticos, por seus delegados:

I – acompanhar os processos de inscrição;

II – promover a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente e assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida;

III – examinar, sem perturbação do serviço e em presença dos servidores designados, os documentos relativos ao alistamento eleitoral, podendo deles tirar cópias ou fotocópias.

Art. 27. Os partidos políticos, por seus delegados, poderão:

[...]

III – examinar, sem perturbação dos serviços e na presença dos servidores designados, os documentos relativos aos pedidos de alistamento, transferência, revisão, segunda via e revisão de eleitorado, deles podendo requerer, de forma fundamentada, cópia, sem ônus para a Justiça Eleitoral.

Não obstante as referidas regras tratarem de situações distintas, posto que relacionadas à fiscalização do cadastro eleitoral, fica evidenciado que aos partidos políticos é permitido até mesmo tirar cópias de documentos dos eleitores.



Sendo assim, não se verifica problema no fornecimento da lista nominal de eleitores ao recorrente. Apenas indica-se a necessidade de que o recorrente forneça mídia digital (*pen drive*, por exemplo) na qual serão gravadas as informações, ou informe endereço de *e-mail* para remessa.

Mercê de tais considerações, renovando *venias* ao eminente Relator, dou provimento ao recurso para deferir o pedido do recorrente, no tocante ao fornecimento da relação de eleitores do Município de Cajuri, **desde que nela constem apenas os nomes completos dos eleitores, desacompanhados de qualquer outra informação**. O fornecimento das informações deverá se dar por meio de mídia digital, a ser fornecida pelo recorrente, ou mediante remessa por *e-mail*.

É como voto.

PEDIDO DE VISTA

A JUÍZA CLÁUDIA COIMBRA – Peço vista dos autos, para o dia 22/10/2020.

EXTRATO DA ATA

Sessão de 19/10/2020

RECURSO ELEITORAL Nº 0601249-67.2020.6.13.0000 – CAJURI

RELATOR: JUIZ REZENDE E SANTOS

RECORRENTE: COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL - PL DE CAJURI - CNPJ: 09.006.293/0001-99

ADVOGADO: DR. LUÍS CLÁUDIO RODRIGUES FERRAZ - OAB/MG0093365

RECORRIDA: JUSTIÇA ELEITORAL

DECISÃO: Após o Relator negar provimento ao recurso e o Des. Marcos Lincoln dar-lhe provimento, pediu vista a Juíza Cláudia Coimbra, para o o dia 22/10/2020.



Presidência do Exmo. Sr. Des. Alexandre Victor de Carvalho. Presente os Exmos. Srs. Des. Marcos Lincoln e Juízes Cláudia Coimbra, Marcelo Bueno, Itelmar Raydan Evangelista, Patrícia Henriques e Luiz Carlos Rezende e Santos, e Dr. Angelo Giardini de Oliveira, Procurador Regional Eleitoral.

Sessão de 22/10/2020

VOTO DE VISTA CONVERGENTE

A JUÍZA CLÁUDIA COIMBRA – O PARTIDO LIBERAL - PL de Cajuri apresentou recurso contra a sentença proferida pela MM. Juíza da 282ª Zona Eleitoral, de Viçosa, que indeferiu requerimento para ser entregue a relação de todos os eleitores, inscritos no Município de Cajuri, com base no art. 29 da Resolução TSE nº 21538/2003.

O e. Juiz Relator negou provimento ao recurso e manteve o indeferimento do requerimento. De outro lado, o Des. Marcos Lincoln instaurou divergência e deu provimento ao recurso, para deferir o pedido do recorrente, no tocante ao fornecimento da relação de eleitores do Município de Cajuri, desde que dela constem apenas os nomes completos dos eleitores, desacompanhados de qualquer outra informação.

Resolvi pedir vista para melhor exame da matéria.

Na petição inicial, o partido requereu, com base no art. 29 da Resolução TSE nº 21.538/2003 c/c o art. 9º da Lei nº 7.444/1985 que lhe fosse disponibilizada a listagem nominal de todos os eleitores inscritos na circunscrição de Cajuri. O partido não apresentou justificativa para requerer a referida listagem, reportando-se apenas ao art. 29 mencionado acima.

O art. 29 da Resolução TSE 21.538/2003 dispõe que:

Art. 29. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução (Lei nº 7.444/1985, art. 9º, I).

(...)

§ 1º O tratamento das informações pessoais assegurará a preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do



cidadão, restringindo-se o acesso a seu conteúdo na forma deste artigo.

§ 2º Excluem-se da restrição de que cuida o § 1º os pedidos relativos a procedimento previsto na legislação eleitoral, a ele relacionado ou de cujo atendimento resultem subsídios a sua análise, e o acesso:

a) do eleitor a seus dados pessoais;

(...)

d) Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral, inclusive àquelas que não sejam de informação obrigatória pelo eleitor (art. 19, § 3º, da Lei nº 9.096/1995).

(...)

§ 3º O acesso de outros órgãos ou agentes públicos não indicados nas alíneas b e c do § 2º não incluirá informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, aí considerados ocupação, estado civil, escolaridade, telefone, impressões digitais, fotografia, assinatura digitalizada, endereço e nome civil dissonante da identidade de gênero declarada.

(...)

§ 4º A restrição de que cuida o § 3º incidirá sobre outras informações cuja obtenção possa comprometer, mesmo que indiretamente, as regras de proteção estabelecidas nesta resolução, sem prejuízo da confirmação da autenticidade e da unicidade do registro de titular de inscrição eleitoral, desde que provido por ferramenta eletrônica ou serviço automatizado, na forma regulamentada por ato normativo próprio.

Pela resolução, fica claro que os Diretórios Nacionais dos Partidos Políticos podem requerer as informações de seus filiados e não de todos os eleitores do município. Demais disso, o próprio eleitor pode ter acesso aos seus dados.

E mais: a leitura do disposto nesta Resolução deve se dar em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei 13.709, de 14/8/2018) que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com objetivo de proteger direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Segundo essa lei, o dado pessoal é a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável e o dado pessoal sensível é o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso,



filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Pela LGPD, o partido deve demonstrar na petição inicial os motivos para obter os nomes de todos os eleitores até mesmo para que haja o devido tratamento dos dados e resguardar a privacidade destes, não se esquecendo do consentimento de quem é o real proprietário do dado: a pessoa natural.

Isso é de grande importância, vez que o art. 7º da referida lei dispõe que o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado mediante o fornecimento do consentimento pelo titular, ou para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, o que não foi demonstrado e apresentado na petição inicial.

Vejo que somente na peça recursal é que o partido traz o argumento de que a listagem seria para promover a fiscalização com base no art. 66, III, do Código Eleitoral c/c o art. 27, III, da Resolução TSE nº 21.538/2003. Na petição inicial, não há esse argumento para o requerimento do pedido. Demais disso, o cadastro eleitoral encontra-se fechado neste momento, razão por que o requerimento, a meu modesto sentir, não se mostra adequado no momento, até mesmo porque estamos a menos de um mês das Eleições.

Com essas considerações, pedindo licença à divergência, acompanho o e. Juiz Relator e **nego provimento** ao recurso.

O JUIZ MARCELO BUENO – Rogo vênias ao entendimento da divergência instaurada e acompanho às inteiras o voto do Relator.

O JUIZ FEDERAL ITELMAR RAYDAN EVANGELISTA – Com respeitadas vênias ao Des. Marcos Lincoln, por sua divergência, acompanho o Relator.

VOTO DIVERGENTE

A JUÍZA PATRÍCIA HENRIQUES – Peço vênias ao Relator e acompanho a divergência.



EXTRATO DA ATA

Sessão de 22/10/2020

RECURSO ELEITORAL Nº 0601249-67.2020.6.13.0000 – CAJURI

RELATOR: JUIZ REZENDE E SANTOS

RECORRENTE: COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL -
PL DE CAJURI - CNPJ: 09.006.293/0001-99

ADVOGADO: DR. LUÍS CLÁUDIO RODRIGUES FERRAZ - OAB/MG0093365

REQUERIDA: JUSTIÇA ELEITORAL

DECISÃO: O Tribunal negou provimento ao recurso, por maioria, nos termos do voto do Relator, vencidos o Des. Marcos Lincoln e a Juíza Patrícia Henriques.

Presidência do Exmo. Sr. Des. Alexandre Victor de Carvalho. Presente os Exmos. Srs. Des. Marcos Lincoln e Juízes Cláudia Coimbra, Marcelo Bueno, Itelmar Raydan Evangelista, Patrícia Henriques e Luiz Carlos Rezende e Santos, e Dr. Angelo Giardini de Oliveira, Procurador Regional Eleitoral.

